



ESTADO DO CEARÁ

## **Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 94 /2025

<b>PROTOCOLO</b>	
Câmara Mun. Limoeiro do Norte	
PROTOCOLO N.º <u>8015</u>	
12 SET. 2025	
Horário: <u>11:38</u>	Responsável: <u>[assinatura]</u>

Limoeiro do Norte, 12 de setembro de 2025

### **DISPÕE SOBRE A NULIDADE DA NOMEAÇÃO OU DA CONTRATAÇÃO PARA CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DE CONDENADOS POR CRIME SEXUAL CONTRA CRIANÇA OU ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Esta Lei torna nula a nomeação, a posse ou a contratação para cargos ou empregos públicos, no âmbito do Município de Limoeiro do Norte, de condenados por crime sexual contra criança e adolescente por decisão judicial transitada em julgado em qualquer dos estados do território brasileiro, desde a condenação até o decurso do prazo de 12 (doze) anos após o cumprimento da pena, por:

I - crimes sexuais contra vulnerável previstos nos artigos 217-A e subsequentes do Código Penal, tais como:

- a) estupro de vulnerável;
- b) corrupção de menores;
- c) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente;
- d) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- e) divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável e de cena de sexo ou de pornografia.
- d) crimes previstos nos artigos 240 e subsequentes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tratam da produção, da venda, da distribuição, da aquisição e da posse de pornografia infantil e de outras condutas relacionadas à pedofilia na internet; outros crimes de natureza sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

**Art. 2º** Serão considerados inaptos ao cargo os infratores por crime sexual contra criança ou adolescente cometido em qualquer outro estado brasileiro.

<b>APRESENTADO EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS</b>
<b>18 SET. 2025</b>
<b>CÂMARA M. LIM. DO NORTE</b>



ESTADO DO CEARÁ  
**Câmara Municipal de Limoeiro do  
Norte**  
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

---

**Parágrafo único.** Os cargos e os empregos públicos mencionados no caput abrangem todos aqueles de livre nomeação ou exoneração, bem como os que sejam preenchidos por meio de concurso público ou seleção.

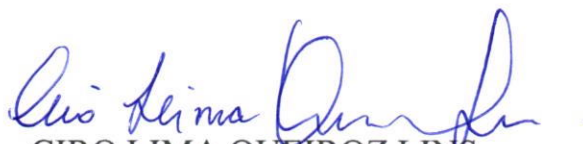
**Art. 3º** Para cumprimento do disposto nesta Lei, o órgão competente da Administração Pública deve providenciar a certidão de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal e o atestado de antecedentes criminais emitido pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A Administração Pública deve guardar sigilo dos dados a que obtiver acesso, adotando todas as medidas necessárias para resguardar a privacidade da pessoa que é objeto da consulta.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Limoeiro do Norte, 12 de setembro de 2025.

  
CIRO LIMA QUEIROZ LINS  
Vereador



ESTADO DO CEARÁ

**Câmara Municipal de Limoeiro do  
Norte**  
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

---

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa garantir maior proteção às crianças e adolescentes do Município de Limoeiro do Norte, ao dispor sobre a nulidade da nomeação ou contratação para cargos e empregos públicos de pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes de natureza sexual praticados contra esse público vulnerável.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, bem como colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça esse mandamento, impondo ao Poder Público a adoção de medidas que garantam a integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes.

Permitir que pessoas condenadas por crimes sexuais contra crianças e adolescentes ocupem cargos ou empregos públicos, especialmente em áreas que lidam direta ou indiretamente com esse público, significa expor a população a risco desnecessário e incompatível com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta. A Administração Pública deve pautar-se pela moralidade, pela probidade e pela proteção do interesse coletivo (art. 37, caput, da CF), sendo incompatível com tais princípios a presença, em seu quadro de pessoal, de indivíduos que tenham praticado crimes de tamanha gravidade.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu, em diversas oportunidades, a possibilidade de leis que criam restrições à investidura em cargos públicos quando houver pertinência com a natureza do delito e proteção de bens jurídicos relevantes, como é o caso da integridade de crianças e adolescentes.

Portanto, a presente iniciativa visa reforçar o compromisso do Município de Limoeiro do Norte com a proteção da infância e da juventude, afastando do serviço público aqueles que, por suas condutas, demonstraram representar risco à integridade de menores. Trata-se de medida de justiça, prevenção e respeito aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.





ESTADO DO CEARÁ


**Câmara Municipal de Limoeiro do  
Norte**

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

---

Diante da relevância social da proposta, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares, confiante de que será acolhido e aprovado, em favor da proteção de nossas crianças e adolescentes.

Limoeiro do Norte, 12 de setembro de 2025.

  
CIRO LIMA QUEIROZ LINS  
Vereador